



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
Nº. 02 – Ano I – 10/2012
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Ciência sem conhecimento

Prof. MSc. Atanásio Mykonios
Professor de Filosofia do Bacharelado em Humanidades da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Campus JK – Diamantina – MG – Brasil
E-mail: atanasio_mykonios@yahoo.com.br

O *niilismo* estabelece-se quando *não* há possibilidade de julgamento de valor ou normas *universais* a partir da *consciência individual*, em que o critério do bom funcionamento do social se subordina à procura do interesse pessoal. A partir deste *individualismo*, pode-se demonstrar ser desnecessário qualquer sistema particular de valores, pois o indivíduo se adapta a qualquer sistema ou valores; isto constitui a base epistemológica do *niilismo*.¹

Resumo: *Ciência sem conhecimento* é um artigo que tem por escopo analisar a cisão do processo da pesquisa no contexto da universidade pública cujo pressuposto atual reside nas condições de um modelo produtivo à semelhança das grandes empresas, engendrado pelo conhecimento que não tem compromisso com o corpo social. Dessa forma, o conhecimento adquirido nos bancos acadêmicos não pertence à sociedade nem aos indivíduos, mas de forma objetiva, à empresa, ao mercado, à forma da sociedade produtora de mercadorias, em detrimento da possibilidade que a ciência tem de apontar para a totalidade, uma vez que se encontra fragmentada em suas especialidades.

Palavras-chave: Ciência, universidade, cisão, capitalismo

¹ TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2. ed., São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 254. (Coleção Maurício Tragtenberg)

Introdução

A greve deflagrada pelos docentes das universidades públicas federais, em âmbito nacional, em maio de 2012, trouxe à tona uma série de problemas que se avolumam ao longo de décadas e que afetam a estrutura do ensino e da pesquisa nas instituições públicas. As condições em que a universidade pública se encontra, mostra a fragilidade de um processo educacional em crise que afeta todas as esferas da educação.

Neste artigo não pretendo discutir as questões pontuais da paralisação, mas pretendo refletir sobre a crise da ciência no contexto atual da universidade, expressa pelo processo de ensino e aprendizagem em que estamos envolvidos, notadamente no que tange ao processo da pesquisa guiada pelo interesse da sociedade objetivada pela produção de mercadorias. A contradição do trabalho assalariado que envolve os docentes é um elemento importante para compor o pensamento desse artigo. Em parte os docentes se veem diante de uma realidade que implica a cisão no interior de suas próprias atividades. De um lado o ensino e de outro a pesquisa. E mesmo no interior desta, a separação entre o pesquisador e seu objeto de estudo revela a realidade alienada em que está envolvida sua atividade.

Por outro lado, a ciência na sua condição histórica mostra os descaminhos de sua trajetória, pois não se trata de defender uma volta a uma espécie de neutralidade do ato científico, em nome do bem da humanidade, reconhecendo que toda pesquisa científica não é isenta de conteúdos morais, sejam eles quais foram. Mas de, no contexto atual, refletir o modo pelo qual eticamente o pesquisador se vê envolvido pelas malhas da produção capitalista em que a burocratização assume o controle dos tempos do pensar e da cisão entre o pesquisado e o pesquisador.

1. O contexto científico da universidade pública

Os docentes estão, cada vez mais, perdendo o poder de conduzir as formas pedagógicas de sua própria atividade, parece ter saído de suas mãos a possibilidade de influenciar as etapas da formação dos alunos. Outros elementos

constituem esse processo, especialmente quando notamos que a política de Estado expressa os mecanismos de controle sobre a produção do conhecimento que tem como escopo atender a perspectivas globais cujo fulcro principal são os resultados e as premissas de uma base estrutural que luta contra o tempo para colocar o Brasil num patamar aceitável diante das demandas do mercado global atual.

Interessante é observar que o docente, na sua prática cotidiana, especialmente no ambiente público, parece não se reconhecer como trabalhador na qualidade de pesquisador. Mas como quem leciona, se sente efetivamente assalariado, por essa razão em todas as universidades onde a greve ocorreu, foram as aulas presenciais que inicialmente sofreram a paralisação. Isso indica que na consciência dos docentes e na mentalidade social, a pesquisa é resguardada por uma aura de legitimidade que lhe dá um estatuto de superioridade, ligada visceralmente ao conceito de ciência, herança histórica de um período em que a ciência parecia iluminar o homem para sua própria realização e não como instrumento do mercado. Denota, por outro lado, a cisão que ocorre no interior de toda forma de trabalho assalariado, a alienação do trabalho na sua forma de exploração geral.

A personalidade do trabalhador não pode se desenvolver harmoniosa e universalmente, apesar de toda multiplicação material, e assim apenas de modo unilateral, de acordo com as exigências da divisão, cada vez mais especializada, do trabalho. (BICCA, 1987, p. 100)

A universidade havia se tornado o templo da modernidade, este templo seria o lugar privilegiado para a superação dos processos de alienação em que o homem estava metido desde o começo da modernidade, como período histórico que instituiu um novo modo de investigação. Há aproximadamente dois séculos, a ela acorreram todos os grandes pensadores e a sociedade depositou nela todas as esperanças de que seus filhos fossem por ela educados. Construiu-se a certeza de que ao ingressar nos bancos acadêmicos os indivíduos seriam formados para serem melhores seres humanos em favor da sociedade em geral.

O manto sagrado do conhecimento, abrigado pelo templo moderno do saber, escamoteou o intenso mecanismo de formulação de um saber engendrado pelas formas de valorização da mercadoria; o capitalismo avançou para além das formas

iniciais e insipientes de sua organização e que posteriormente se transformou na ordem totalitária do mundo, impondo aos pensadores e aos pesquisadores o ordenamento com qual devem cumprir obedientes os ditames do mercado.

As próprias aspirações da universidade e de seus membros a um prestígio superior e a um tratamento exclusivo têm sido corroídas nas raízes. Uma das mais resplandecentes plumas no barrete das universidades modernas costumava ser o vínculo entre a aquisição de conhecimento e o refinamento moral. A ciência, acreditava-se, era um poderoso fator de humanização, assim como o discernimento estético e a cultura em geral; a cultura enobrece a pessoa humana e pacifica as sociedades humanas. Depois dos horrores do século XX, ajudados pela ciência, essa fé parece risível, talvez até mesmo criminalmente ingênua. (BAUMAN, 2008, p. 171)

A pretensa insígnia de prestígio oferecida pela universidade pública ainda paira sobre as mentes dos professores pesquisadores, mais ainda sobre a mente social. Um elemento catastrófico é a necessidade imperiosa de tentar valorizar social e moralmente a atividade docente, imaginando que essa valorização poderá salvar a pessoa e a missão dos docentes universitários, como se a sociedade tivesse a obrigação ética de resguardar e avaliar as atividades abnegadas da academia.

Não é uma questão moral. O mercado não conhece outra moralidade senão a que condiciona os indivíduos à sua própria forma, produzir conhecimento para si mesmo – o mercado. Assim, a mercadoria não pode se situar no mundo da troca sem a ciência como meio e fim em si mesmo do processo de engendrar os valores de uso, transformando o produto cientificamente, em condições de competir contra os concorrentes.

Afortunadamente, em parte, a greve dos docentes começou a questionar o chamado modelo produtivista imposto aos professores cientistas-pesquisadores. A institucionalização privada da pesquisa não é um fenômeno recente, cnicamente a universidade pública brasileira tentou, de várias formas, resistir à sua mercantilização, mas cada vez mais o que se vê é o sucumbir das determinações do modelo produtivista. Não podemos tirar os pés do chão, pois dificilmente esse quadro que se apresenta nesse artigo será revertido sem que o ordenamento do capital seja superado.

Uma ilusão parece ter tomado conta da intelectualidade nacional, a de que a instituição pública estaria protegida da voracidade do mercado. A pesquisa pública

seria diferente dos cientistas pagos nominal e diretamente pela empresa privada, haveria, portanto, uma diferença qualitativa e especialmente ética, o espírito público prevaleceria. Os cientistas-pesquisadores viveriam imunes aos ataques desprovidos de qualquer sanidade moral por parte dos gestores privados. Ainda mais, pela suposição de que a incorruptibilidade acerca das atividades acadêmicas seria uma virtude da condição pública em favor da pesquisa isenta dos interesses privados.

Contraditoriamente, a ciência contemporânea foi guindada pelos interesses da sociedade que produz mercadorias, a modernização não é mais que uma condição da enorme escalada de transformação do meio em uma cadeia de produção que sustenta a forma social da forma mercadoria. As empresas precisam da pesquisa científica para derrubar seus concorrentes. A modernização constitui, assim, a fundamentação com a qual o capitalismo expande suas fronteiras, ação por excelência, ato contínuo, o devir de sua forma e conteúdo. A ciência é o alicerce sobre o qual a expansão se dá como garantia de transferência do conhecimento acumulado para os processos produtivos. Como valor de uso, a ciência consolida a mercadoria e a lança no jogo da concorrência, sob um verniz ético.

Os cientistas-pesquisadores foram se tornando pedra de toque na fórmula essencial do mecanismo de produção e da reprodução do fazer científico-tecnológico. O discurso científico em favor da sua neutralidade implica a notória inversão de uma postura inicialmente positivista, que tinha na ciência a crença do desenvolvimento humano, desprovido de qualquer interesse a não ser a sua própria evolução. Até mesmo isso caiu por terra. A universidade revela, cada vez mais, a estrutura de uma empresa em parte financiada pelo Estado e em parte pelas corporações com seus interesses. Dito de outro modo e, em última instância, é o mercado que ditou e dita com eficiência o que a academia teve e tem de pesquisar como conhecimento necessário à modernização social.

Uma estratégia óbvia é aceitar as novas regras e jogar de acordo com elas. Na prática, isso significa submissão aos critérios implacáveis do mercado; significa medir a “utilidade social” dos produtos universitários pela presença de “demanda compensadora”, tratando a experiência que as universidades podem oferecer como uma mercadoria a mais, que ainda tem de lutar por um lugar nas superlotadas prateleiras dos supermercados, esperando sua

qualidade ser testada por seu sucesso comercial. (BAUMAN, 2008, p 172)

O conhecimento que emerge da universidade, por conseguinte, não pertence à sociedade em seu processo dialético-histórico. O conhecedor, no caso, a própria comunidade como totalidade social, está apartado do conhecido, este é um instrumento que não serve para a compreensão do mundo, mas como elemento de adestramento técnico para a função de reprodução dos mecanismos e das tarefas a serem executadas. O volume de conhecimentos adquiridos atua como alavanca extraordinária do ato de fazer em nome de outrem. Quem é este? O mercado, as empresas, a objetividade do feito. Pertence aos procedimentos com os quais o mercado utiliza para promover sua lógica de expansão - sua efetividade.

A ciência não é neutra, jamais será, o que representa uma responsabilidade social na medida em que o processo histórico de sua condição como ação social está bloqueada pela burocracia que manietta sua liturgia. A evolução da relação entre ciência, sociedade, Estado, empresa, revela a profunda estruturação das pesquisas no âmbito da burocratização dos processos científicos em todos os níveis. Isto nos coloca no contexto de uma crítica ética necessária ao papel social dos pesquisadores e de quem os financia.

Se a neutralidade axiológica da Ciência definia o *ethos* liberal no capitalismo livre-concorrencial, a acentuada tendência ao intervencionismo do Estado coloca o tema da responsabilidade social da Ciência e do cientista. (TRAGTENBERG, 2006, p 262)

Construiu-se uma relação de dominação ideológica dos processos e conclusões a que chegou a ciência, também no que concerne ao modelo de exploração. O cientista-pesquisador-docente não é um indivíduo, em absoluto, abnegado por sua vocação, ao contrário, à medida que se submete a um estado de relações de gratificações e, sobretudo, pela imposição a uma concorrência produtiva, sua consciência é dirigida pela cisão que caracteriza o saber na sociedade que produz mercadorias.

Tenha-se em conta a mobilização da Ciência na Inglaterra durante a Segunda Grande Guerra, seu financiamento pelo Estado; nos Estados Unidos, os contratos de pesquisa entre governo, indústria e institutos universitários, a formação de ministérios da Ciência e a

emergência de nova área do conhecimento: política científica.
(TRAGTENBERG, 2006, p. 262)

A burocratização é um processo que visa à dominação dos meios de produção do pensamento, no contexto científico. Modelos de administração, de gestão privada ou pública, convergem na concepção, notadamente quando se trata de estimular a eficiência, de que é preciso controlar todos os atos por meio de medidas administrativas que, num primeiro momento, têm a aparência de uma organização em nome da coisa pública - notória condição das formas de produzir que são pressionadas pelo tempo da própria produção.

2. A ciência como totalidade do conhecimento

Parece ainda mais estranha a afirmação de que poderá haver uma ciência sem conhecimento. Para tanto, nesse início do tópico, valho-me das palavras de Hegel, em *O artesão*, em que é possível compreender a relação entre o criador e sua criação, não no sentido de uma cisão formal e estruturada, mas no que diz respeito a uma articulação existencial entre ambos, completude que se manifesta, aqui metaforicamente, na obra e na pesquisa.

Parece-me de grande significação essa premissa, dada a sua importância quanto à crítica que Hegel faz, nas considerações que seguem, à medida que explicita a postura kantiana em que a cisão entre sujeito e objeto, implicando decisivamente, a cisão entre pesquisador e seu objeto de estudo, entre sujeito e natureza. Inicialmente, podemos dizer com Hegel:

Mas desse modo a obra só constitui o lado abstrato da atividade do espírito, que em si mesmo não sabe ainda o seu conteúdo; mas sabe-o em sua obra, que é uma coisa. O próprio artesão – o espírito total – não se manifestou ainda; mas é a ainda íntima e recôndita essência, que só se faz presente, como todo, cindida na consciência-de-si ativa e em seu objeto produzido. (HEGEL, 1993, p. 155)

De forma metafórica, considerando o pensamento hegeliano no que toca à totalidade, *O artesão* constitui-se da integralidade do sujeito no processo de sua investigação, considerando, sem dúvida o modelo triádico desse pensamento, o

espírito se move para, não mais contemplar na distância que lhe é dada, o objeto que se lhe apresenta, deve, ao contrário, apreender a totalidade que lhe é fundamental, posto que o espírito será pleno com essa apreensão que parte do processo de negação do constituído.

Não diz respeito à distância estabelecida pelo saber científico, trata-se, substancialmente, da totalidade do conhecedor e do conhecido, que, por motivos históricos, Hegel critica a cisão entre ambos, portanto, a alienação da ciência. A ciência é a um tempo, o seu início, seu processo e sua condição de chegada, no devir permanente. Na aproximação por meio da fenomenologia, o ser se apresenta em relação ao conteúdo a ser compreendido, o ser-em-si caminha para sua realização objetiva e subjetiva.

Os dois lados, ao serem aproximados um do outro, conservam com isso respectivamente a determinidade do espírito representado, e do envoltório que o reveste: sua unidade consigo mesma contém essa oposição da singularidade e universalidade. (HEGEL, 1993, p. 155)

Ambos os elementos, singularidade e universalidade, são envoltos não pela magia ou por um enigma, ou, em outra medida, por uma essencialização do conhecimento, mas experiência dialética em que tal processo visa à totalidade desse conhecimento. A ciência não é um dado objetivo que permanece intacto, um ser a ser descoberto e mantido nos manuais de descrição, como narrativa do mundo e de seus objetos formais. Para além disso, é a aquisição do objeto em seu conhecedor ativo, o conhecer dialético em transformação.

697 [Beide Darstellugen] As duas apresentações contêm a interioridade e o ser-aí – os dois momentos do espírito; as duas apresentações contêm, ao mesmo tempo, os dois momentos em proporção oposta: tanto o Si como interior, quanto o Si como exterior. Há que unificar as duas [apresentações]. A alma da estátua de forma humana ainda não deriva do interior; não é ainda a linguagem, o ser-aí que nele mesmo é interior. (HEGEL, 1993, p. 156)

Quando o artesão vê o que faz, atuando no processo, sabe que nele há a extensão de si mesmo, para além de si, expressão de um comprometimento que não afasta a natureza de seu papel preponderante, que não afasta os elementos da cultura, da história, da memória que compreende a herança do conhecido e do conhecedor, dos meios que estão à sua disposição. Há uma extensão fenomênica e

empírica, que se conjuga interminavelmente. O mais importante é que esse processo pertence ao sujeito que dá a ele o início, dessa forma, “O artesão unifica, pois, os dois momentos da combinação da figura natural e a figura consciente-de-si. Essas essências ambíguas, para si mesmas enigmáticas” (HEGEL, 1993, P. 156).

É o pesquisador, ou o descobridor, enfim, que unifica os momentos de um processo. Isso significa o compromisso com a coisa a ser pesquisa, seu objeto, seu estudo. Essa unificação apresenta uma experiência na qual aquilo que é conhecido pertence ao conhecedor e o inverso também se sustenta. Há uma relação intrínseca entre ambos, são complementares, o pesquisador não se contenta com a contemplação do que é descoberto. A contemplação, por conseguinte, nos coloca de encontro ao conhecido. Em outras palavras, pertence a outro, ou seja, neste caso refletido neste artigo, ao mercado e não simplesmente ao proprietário dos meios de produção, pois agora esse proprietário constitui-se por uma dominação sem face do mercado com sua cega determinação. O esforço da ciência, dessa forma, consistiria em superar a cisão e encontrar a totalidade do fazer e não do feito.

698 [In diesem Werke] Nessa obra cessa o trabalho instintivo que, em contraste com a consciência-de-si, produzia a obra carente-de-consciência; pois nesse trabalho se contrapõe à atividade do artesão – que constitui a consciência-de-si – um interior igualmente consciente-de-si que se expressa. No seu ofício, o artesão galgou por seu esforço até à cisão de sua consciência, onde o espírito se encontra com o espírito. Nessa unidade do espírito consciente-de-si consigo mesmo, na medida em que o espírito é para si figura e objeto de sua consciência, se purificam pois suas combinações com o modo carente-de-consciência da figura imediata da natureza. Esses monstros – na figura, fala e ação – se dissolvem em uma figuração espiritual: em um exterior que se recolhe em si; em um interior que se exterioriza [a partir] de si em si mesmo; no pensamento, que é claro ser-aí que se engendra e mantém sua figura conforme a ele. O espírito é artista. (HEGEL, 1993, p. 157)

Dessa forma, o artesão não se expressa somente pelo cientista, mas é a expressão metafórica de uma sociedade que intenta à sua totalidade, que aprende, especula, que orienta para o des-velamento da insuficiência humana - o saber.

3. Ciência sem conhecimento

Ora, o chamado processo de ensino e aprendizagem não é uma simples operação ontológica, uma espécie de natureza inata ao indivíduo, propenso desde o seu gene a estudar e a aprender e que ao encontrar tal ou qual conhecimento o transforma em rígido formato destituído de sua própria história. Aprendemos a ensinar ao longo da nossa evolução humana. Tanto o ensinar quanto o aprender se deve a uma experiência social que é histórica. A construção das sínteses que se transformam em abstrações poderosas é um mecanismo que caracterizou-nos até agora. Isso faz com que os seres humanos acreditem na permanência, em certo modo, dos conteúdos estabelecimentos pelo processo que culmina no conhecimento. Provavelmente pela poderosa atuação das abstrações que nos controlam e conduzem a consciência social, mas também pelo esquecimento histórico que ocorre em cada período em que se cristalizam os chamados paradigmas que nada são do que as abstrações em forma de síntese social.

Isso denota que a educação, como um conjunto de ações que visam à compreensão do mundo e especialmente com o escopo de transformá-lo em todos os sentidos, material e simbolicamente, não é uma ação desprovida de sentido histórico e mais ainda, é uma ação da cultura que não é a-histórica, ao contrário, tem bases sólidas no modo como a sociedade elabora seus mecanismos de construção ideológica que, de modo sub-reptício, se encontra nas formas de produção social. Dito isto, a educação, a mão-de-obra, a formação para prepará-la não é uma ação isenta, é um procedimento vinculado ao modo como a sociedade organiza suas relações e, sobretudo, nas crenças sociais consolidadas. A ideia dominante baliza a educação e os meios pelos quais ela é desdobrada, a saber, a ciência, a teoria, a tecnologia, o adestramento técnico.

Na ideia burguesa de ciência, isto é, na ideia de ciência que supõe que a sociedade capitalista é permanente, esse distanciamento do indivíduo em relação à comunidade é considerado uma virtude. Quanto mais distante o cientista estiver da comunidade que está estudando, tanto melhor. (HOLLOWAY, 2003, p. 96)

Essa dissociação nos remete a uma forma de relação da pesquisa em que o cientista se torna um elemento apartado da própria comunidade, estudada-a, em

seus vários níveis, mas permanece alheio a ela. Assim, seu compromisso não é com o conhecimento social, seja ele de que naipe for, mas especificamente com a determinação do seu caráter de trabalho assalariado. Ele deve mais explicações aos órgãos de fomento e incentivo, mais às empresas do que à comunidade. O tipo de conhecimento que prevalece não perpassa a sociedade, tangencia-a e segue o caminho formal da sua transformação em mercadoria nos trâmites administrativos da empresa.

De acordo com esta maneira de pensar, ciência e objetividade são vistas como sinônimos. Estudar algo cientificamente é estudá-lo de maneira objetiva ou, se isso não fosse possível, então o cientista deveria fazer o melhor que pudesse para se aproximar da objetividade, para manter uma distância em relação ao objeto de estudo. Aqui a objetividade significa suprimir até onde seja possível nossa própria subjetividade: considera-se, por definição, que um juízo subjetivo é acientífico. (HOLLOWAY, 2003, p. 96)

Não surpreende o fato de que nas relações acadêmicas, a objetividade está em concomitância com a própria fragmentação e o distanciamento entre os diversos saberes que nos contemplam. A fragmentação revela que cada especificidade ganha em potência à medida que se refere ao seu nicho de pesquisa, objetivando seus prazos e suas competências de produção científica. Os resultados serão demandados no contexto em que a objetividade ganha em produtividade.

O conhecimento aparece como força produtiva, a produção se dá como objetivo do conhecimento, a produção e reprodução da vida social dependem da inteligência coletiva, o tempo livre se torna medida da riqueza e não mais o tempo de trabalho, este adquire aspecto lúdico. (TRAGTENBERG, 2006, p. 265)

A prática da interdisciplinaridade não é capaz de contemplar a sua própria fundamentação, isto é, o fato de propiciar uma espécie de integração das especialidades que repousam sobre uma realidade fragmentada. A fragmentação não se dá apenas pela especialização dos saberes e pela sua especificidade, vai além, à medida que impõe o distanciamento entre as formas executadas do saber, pois o isolamento é a consequência da fragmentação. Isolamento provocado pela forma social do mercado, indiferente às partes, a não ser que esses conhecimentos sejam articulados para garantir melhores condições de produção numa alavanca de aceleração tecnológica. O cientista, ou o pesquisador se vê, assim, distanciando do

seu objeto de estudo, a objetividade ainda gera um fator mais aterrador nesse contexto, qual seja, a burocratização, necessária na condução do modo como a pesquisa deve ser realizada, para que contemple o controle do que deve ser executado pelo pesquisador.

Por conseguinte, o discurso científico se realizada em terceira pessoa. A pesquisa se torna um exercício indiferenciado, na verdade podemos até compreendê-lo como uma abstração ainda mais eficaz. O discurso científico da academia é também a sua própria expressão, cristaliza um modo de agir que não cria condições para a crítica social, ao contrário, o processo de aprendizagem mantém o distanciamento burocrático entre as formas de saber que as ciências podem executar em conjunto e a sua efetiva aplicação, cuja propriedade é do mercado. E para tanto, a cultura tem nos convencido de que essa aproximação não pode ser efetivada devido às condições precípuas de cada ciência e saber.

Para escrever cientificamente sobre as coisas, nós o fazemos na terceira pessoa, em termos de “isto” ou de “eles”: os partidos políticos são isto ou aquilo; o marxismo é isto ou aquilo; a Grã-Bretanha é isto ou aquilo. O discurso na primeira pessoa (...) é considerado acientífico. A pesquisa ou a teoria é, portanto, a pesquisa *de* algo ou *sobre* algo, como quando afirmamos que a teoria social é o estudo *da* sociedade, que este é um livro *sobre* marxismo, que hoje vamos aprender algo sobre o México no século XIX. (HOLLOWAY, 2003, p. 96-97)

Esse personagem, a terceira pessoa que regula o olhar e a ação da pesquisa, revela a invisível forma que nos condiciona. Podemos avançar, a partir das observações de Holloway, que nosso ensino permanece separado da sociedade, mesmo que haja esforços significativos para articularmos os modos com que as ciências podem se interpor como conhecimentos ativos e não passivos. A vida humana perde em sentido total na medida em que se torna contemplada pela ciência e não encontra escopo no que é apreendido ou com o que é descoberto pela própria ciência. Sem dúvida, a perspectiva da universidade parece continuar a ter como foco central a ciência como método e modelo de conhecimento não social e sim um saber precário

Mas esse conhecimento social não é conjugado numa ação estratégica com a sociedade. É a sociedade que ainda deve bater às portas da academia para

aprender o que não conhece. Mas, em contrapartida e contraditoriamente, o processo de produção do conhecimento na universidade é guindado pela sociedade que produz mercadorias, é esta que determina de fato o que a universidade deve ensinar. No entanto, a hipocrisia social mantém-se porque, de outro lado, o que encontramos é que a forma-social-da-mercadoria que impõe à academia o que deve ser estudado, é escamoteada pelo discurso social permeado pela ética social em favor da educação e do aprendizado.

A teoria, então, é o que a palavra “teoria” sugere: uma visão ou uma contemplação de um objeto externo. O sujeito está presente, como um observador, como um sujeito passivo em vez de ativo, como um sujeito des-subjetivado. (HOLLOWAY, 2003, p. 97)

O sujeito histórico de qualquer processo de pesquisa na atualidade é, em última instância, a força de um modelo social que não pertence à coletividade. No caso, travestida de mecanismos de controle burocrático que eficazmente dominam a atividade dos trabalhadores em torno às metas a serem alcançadas, determinadas por órgãos reguladores estatais ou privados.

Dessa forma, a teoria é entendida como potencialmente aplicável ao mundo. Aplicada por um estudioso, ou seja, sem considerar os contextos sociais nos quais obrigatoriamente a teoria está implicada. A referência da teoria se faz por meio do observador e não por um ser humano engajado, sua perspectiva é a de um olhar dissociado, afastado e, por conseguinte, alienado do processo social de construção do saber.

Outra forma de construção do saber será possível? A objetividade do processo econômico nos leva a uma frieza na concepção da educação. As concepções que permeiam o ensino estão atreladas ao conteúdo científico que promoveram, no último século, o impulso produtivo, uma das molas da sociedade das mercadorias. A crise na educação se deve, em grande medida, à transição nas condições tecnológicas efetivas.

Existe, nesse sentido, uma corrida para que os mecanismos de ensino e aprendizagem se adequem ao que ainda parece não estar claro acerca dos caminhos que a educação deve seguir. Mas não se debruce com mais acuidade

com o objetivo de superar essa sociedade. Em outras palavras, os educadores estão a reboque da própria realidade que os obriga a encontrar respostas satisfatórias.

O conhecimento adquirido como uma espécie de adestramento técnico é um elemento que atua na forma de terceira pessoa sobre a pessoa do conhecedor. Este irá utilizar o conhecimento não para a sua própria existência, mas para cumprir institucionalmente uma obrigação mercadológica. Em outras palavras, é um conhecimento que não pertence ao indivíduo ou à sua individualidade, pertence ao mundo da mercadoria que, por sua vez, subtrai ao indivíduo o suposto conhecimento em favor das forças de mercado que são objetivas e funcionais. O conhecimento é circundante à própria existência de cada indivíduo, expressão da dissociação do modo de vida implicado pela produção de mercadorias.

O “conhecimento acerca de” é simplesmente a outra cara do “poder-sobre”. Os melhores estudantes ou os melhores teóricos da sociedade são os que podem observá-la como se permanecessem fora dela, como se estivessem olhando a vida humana da Lua (os estudantes que acham difícil esta pretensão frequentemente têm problemas para conseguir que seu trabalho obtenha reconhecimento, mesmo quando, devemos insistir, isso não signifique que a primeira pessoa do discurso seja por correta). (HOLLOWAY, 2003, p. 97)

Assim é que do ponto de vista crítico, pouco espaço há para os alunos que constroem uma trajetória acadêmica original. Por outro lado, essa originalidade se torna obsoleta à medida que questiona o fulcro do fazer, não o que está por fazer ou mesmo o feito. O feito, determinação social do capitalismo, reflete a rigidez das relações uma vez que o processo da reificação nos remete às condições da fossilização do fazer humano.

Convenhamos, o sujeito crítico muito pouco pode diante do mercado. Pode assumir uma condição ativa como empregado desse ou daquele programa em relação aos serviços do Estado ou como consumidor consciente, uma vez que a função política do consumo assume ares de legislação. No que diz respeito à sua atuação no âmbito da empresa, ali ele realmente não consegue agir a não ser de modo objetivo para atender às exigências da produção das mercadorias. A objetividade da empresa é evidente, se a teoria servirá para cumprir com o indicativo e a teleologia da mercadoria, as ações, a criatividade e a inventividade serão bem-vindas. No entanto, se a formação crítica do trabalhador for utilizada para questionar

os rumos sociais da empresa, no que tange as injustiças do modelo capitalista, aí não haverá espaço para tanto.

O componente que é subtraído dessa forma cultural, socialmente estruturada da construção do conhecimento, mesmo sendo científico, é a noção da totalidade que, cada vez mais se torna desnecessária. A especificidade do conhecimento científico, ao contrário do que se pensa, inclusive ingenuamente, é que este se revela eficaz quanto mais partido for.

Com a especialização do trabalho, perdeu-se toda imagem da totalidade e como a necessidade de apreender a totalidade – ao menos cognitivamente – não pode desaparecer, tem-se a impressão (e formula-se essa reprovação) de que a ciência, que trabalha igualmente dessa maneira, isto é, que permanece igualmente nesse imediatismo, teria despedaçado a totalidade da realidade, teria perdido o sentido da totalidade por força da especialização. (LUKÁCS, 2003, p. 228-229)

Essa questão me parece fundamental, “ao menos cognitivamente”, mostra a incapacidade de o corpo humano, como uma unidade corporal, apreender a totalidade da qual está inserido por estar subsumido à fragmentação atual. É uma realidade fragmentada que impõe ao conhecimento a sua impossibilidade de tratá-la para a totalidade. A apreensão do mundo se torna ainda mais equivocada quando se formula o conhecimento acadêmico cujo domínio se encontra fora do mundo concreto. O mundo, para a ciência não é outro senão a sua matéria-prima que o fundamenta como estrutura racionalizada a fim de produzir algo externo ao ser humano, e interno à lógica da valorização do valor.

4. O medo de errar

Talvez este seja uma das maiores heranças deixadas pela tradição cartesiana. Todos os grandes pensadores, desde então, seguiram a máxima de que a certeza inicial garantia um caminho seguro para o conhecimento. As condições iniciais deveriam ser dadas pelo método. O medo de errar percorre a modernidade. Esse medo contempla toda forma de relação com a realidade; ao proceder à tentativa de apreender o mundo, o medo percorre a formalização racional para então

compor a realidade com os instrumentos metodológicos que caracterizam a ciência. Errar é para os humanos, mas a ciência não pode errar, seu produto final é o acerto que oferece conhecimentos que dão sentido ao mundo.

Renè Descartes demonstra, em seu discurso, segundo observação de Paul Ricoeur, que “o pensamento é substancialmente distinto do corpo” (2006, p. 44). Essa afirmação permanece constituída no âmbito da prática da ciência, mas não exatamente por ela mesma, como um fim em si mesmo, mas pela prática social que engendra as formas metódicas da separação entre ambos. Separação que é encarnada no processo de produção da mercadoria, como produto histórico, isto quer dizer, em outras palavras, que a velha ambição humana de que o cientista é a própria ciência se torna discurso evasivo diante da cisão entre ambos, uma vez que a ciência se torna o olhar do mundo sem mundo.

Há ojeriza quanto à dúvida, socialmente ela é um mal que deve ser evitado a todo custo. Ela além de ser estranha à conduta científica é mais estranha e constrangedora à tradição religiosa. Para a religião especializada e hierarquizada, a dúvida é o inferno de todo crente, nela o ser humano se transforma em refém do profano e o monitoramento da conduta se torna ainda mais evidente e trágico para o crente. A dúvida só ressurgue no contexto do pensamento ocidental com a chegada, no cenário crítico, de Nietzsche. Como ele, o desmonte de uma cultura parece iminente, mas sua tentativa, de alguma forma, é frustrada pela imensa capacidade que a cultura tem para re-assimilar as críticas que surgem no seu interior.

Fui instruído nas letras desde a infância, e por me haver convencido de que, por intermédio delas, poder-se-ia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à vida, sentia extraordinário desejo de aprendê-las. Porém, assim que terminei esses estudos, ao cabo do qual costuma-se ser recebido na classe dos eruditos, mudei totalmente de opinião. Pois me encontrava embaraçado com tantas dúvidas e erros que me parecia não haver conseguido outro proveito, procurando instruir-me, senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância. (DESCARTES, 1983, p. 2-3)

A questão, a meu ver, não é apresentar o problema do erro, numa perspectiva moral, a fim de enveredar no sentido em que Nietzsche sustenta seu pensamento, não no que tange à crítica histórica que este coloca acerca do modo ocidental de escamotear o medo por meio da imposição da certeza de conceitos determinados

pela tradição das religiões especializadas ou das grandes estruturas éticas impositivas.

Estou aqui a levantar uma hipótese que considero sustentável. O medo da ciência diz respeito, não apenas à necessidade de cumprir e obedecer ao método, mas, sobretudo, a condição a esta imposta pela produção massificada de mercadorias em todos os âmbitos e direção. Os elementos científicos da administração, as pesquisas da química, da física, da medicina, da biologia, enfim, todas as áreas do ato de saber da ciência estão envolvidas com a neurose do medo de errar.

Horkheimer me oferece um argumento que implicitamente nos dá a dimensão dos compromissos que os indivíduos e a ciência, de modo que as prerrogativas não se encontram na tentativa, na especulação ou no erro, ao contrário, na objetividade e na confusão estabelecida pela sociedade acerca de meios e fins.

Tanto em discussões laicas quanto no debate científico, a razão vem sendo comumente considerada uma faculdade intelectual de coordenação, cuja eficiência pode ser aumentada pelo uso metódico e pela remoção de quaisquer fatores não-intelectuais, tais como emoções conscientes ou inconscientes. A razão jamais dirigiu verdadeiramente a realidade social, mas hoje está tão completamente expurgada de quaisquer tendências ou preferências específicas que renunciou, por fim, até mesmo à tarefa de julgar as ações e o modo de vida do homem. (HORKHEIMER, 2002, p. 14-15)

A razão passou a ser utilizada como método eficiente para garantir objetivamente o que é planejado de modo que o fim seja garantido pelos meios. Estes, por seu turno, se tornam fundamentais e superam ou subsumem os fins. Assim sendo, a racionalidade tão defendida pela academia sucumbe aos mecanismos de controle e de produção, garantidos pela estrutura funcional da burocracia tanto estatal quanto privada. Some-se a isto, a pressão que os trabalhadores docentes enfrentam para a aceleração de sua produção científica o que, certamente, aumenta o medo de errar ao mesmo tempo em que parece inevitável o erro.

Entre outros elementos que a razão constitui é o fato de que esta necessita de instrumentos eficientes para evitar o erro. O erro que, inicialmente deve ser evitado nas hostes da produção privada. O objetivo necessário e fundamental é a

produção de mercadorias, para tanto, o mínimo de erro deve ser buscado e para tanto, as teorias de administração se tornam a chave para o controle da produção dos indivíduos. Por outro lado, a tendência inevitável é a migração dessa perspectiva objetivante para as formações de produção baseadas no estatismo na esfera da empresa pública.

A burocracia, como proprietária efetiva dos meios de produção, justifica-se pela função que exerce, em que a principal é a função de acumulação exercida enquanto agente do capital social. (TRAGTENBERG, 2006, p. 240)

Nesse sentido, não pode haver erro, a mercadoria deve ser produzida (e aqui não se trata apenas do objeto materializado a ser consumido, mas a forma-mercadoria, que inclui a produção simbólica) com a maximização da produtividade e a minimização dos custos. Errar é inadmissível para uma sociedade objetivada que inclui até mesmo a subjetividade como instrumento produtivo.

O conhecimento não tem fronteiras, ele se dá caoticamente em todas as direções. O conhecimento social não pode ser condicionado a uma linearidade, a uma sequência organizada racionalmente. A regularidade cronológica estabelecida para a transmissão de conhecimento foi possível em virtude, em grande medida, da ciência que conduziu o saber na forma de etapas formais. Mas no mundo real, a associação não ocorre de modo sistematiza, as etapas do processo de aquisição são inconstantes, os seres humanos são interpelados por inúmeros objetos do conhecimento, todos simultaneamente, vindos de todas as direções possíveis.

Como expressão mais acabada do controle a fim de evitar o erro, encontramos o domínio do tempo. Nada mais cabal e evidente do que o domínio sobre o tempo necessário para a produção do conhecimento acabado. Prazos, metas, relatórios, projetos, formalidades, prestações de contas, cartas de intenções, objetivos. A burocracia é a forma pela qual o controle antecipa o molde social contrário ao erro e encarrega o próprio trabalhador, com sua consciência cega e obediente, a tratar de realizar as metas necessárias. O tempo se relaciona aos recursos destinados à produção científica, que são separados estrategicamente da função docente.

Conclusão

A sociedade humana segue na senda do saber. Conhecer é um processo histórico, matizado pela necessidade de superar o velado, o desconhecido. O conhecimento não pode prescindir de sua história, a evolução humana marca a construção de sínteses sociais poderosas. Em cada período histórico, novas formas de saber se associam à herança do desvelar e nesse sentido, a ciência moderna compartilha desse processo de construção. No entanto, vista das condições de pesquisa, guindadas pela estrutura de produção e reprodução do gatilho da forma-mercadoria, que se expande com o capitalismo, a ciência não consegue ser a expressão do conhecimento como elemento da totalidade. Dessa forma, a pesquisa, especialmente no contexto nacional, com as universidades públicas, caminhou a passos largos para a sua privatização. No entanto, desde quando a universidade se tornou a correia de transmissão do próprio capitalismo, o conhecimento nela desenvolvido não pertence ao conjunto das formas sociais, não pertence à coletividade, pertence objetivamente à empresa, de qualquer natureza. Pesquisador e pesquisa estão separados, isto é, alienados; estudante e pesquisa revelam uma relação cuja objetividade está na promoção do mercado, o conhecimento adquirido não se torna a serviço das formas sociais, mas dos instrumentos da concorrência, sufocando a aventura da descoberta em favor do produtivismo. Se se quer uma mudança desse quadro, será necessário questioná-lo a fim de superá-lo.

Abstract: Science without knowledge is an article which seeks to analyze the breakup of the research process in the context of a public university whose assumption now lies under the conditions of a production model like the big companies, engendered by the knowledge that has no commitment to the social body. Thus, the knowledge acquired in academic banks does not belong to society or to individuals, but objectively, the company, the market, the shape of the commodity producing society, rather than the possibility that science has to point to all, since it is fragmented into specialties.

Key-words: Science, university, division, capitalism

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Tradução José Gradel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BICCA, Luiz. **Marxismo e liberdade**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- DESCARTES, René. Discurso do método. **Os Pensadores**. 3. ed., Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HEGEL, GWF. **Fenomenologia do espírito – parte II**. 2. ed., Trad. Paulo Meneses, Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- HERKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Tradução Uchoa Leite, 2002.
- HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje**. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Tópicos)
- RICEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário, São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2. ed., São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 254. (Coleção Maurício Tragtenberg)